



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 04/2012

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Aos dez dias do mês de Fevereiro de dois mil e doze, nesta cidade de Rio Maior e na sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência da Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida e Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva. -----

INÍCIO

Quando eram dez horas, verificando-se a existência de quórum a Presidente, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA

A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

Operações Orçamentais: trezentos e quarenta mil, trezentos e dezanove euros e trinta e um cêntimos. -----

Operações não Orçamentais: cento e quarenta e dois mil, duzentos e noventa e sete euros e setenta e dois cêntimos. -----

COMPETÊNCIA DELEGADA

Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, a Presidente e o Vereador Dr. Carlos Fernando Frazão Correia haviam proferido despachos sobre assuntos emanados da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento, bem como da Subunidade de Contabilidade – neste último caso referente à terceira Alteração/Modificação ao Orçamento 2012 – Despesa e à terceira Alteração/Modificação às Grandes Opções do Plano 2012 – Plano Plurianual de Investimentos – Atividades Mais Relevantes os quais constam da pasta de documentos anexos a esta Ata. -----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

VEREADORA, DRA. ANA CRISTINA LOBATO PINTO FRÓIS FIGUEIREDO SILVA. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Figueiredo Silva, interveio, questionando qual a calendarização para a realização do Carnaval Escolar e em que termos se ia realizar. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, começando por questionar se houve investimentos da autarquia no âmbito da eficiência energética nas piscinas municipais e qual o retorno que se verificou, ou seja, se os objetivos foram atingidos, no sentido de reduzir a fatura do gás e da energia elétrica. -----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, interveio, começando por dizer que a resposta às questões que ia apresentar não tinha que ser dada de imediato, mas sim quando a Presidente tivesse oportunidade. -----
Assim, começou por se reportar à taxa de desemprego em Rio Maior. Disse que comparativamente ao ano de 2009 a taxa de desemprego subira cerca de

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

51%. Como tal, questionou se estava no horizonte da maioria da Câmara Municipal o desenvolvimento de alguma ação tendente a diminuir as consequências negativas, sob o ponto de vista social e económico, da taxa tão elevada de desemprego no concelho. -----

Referiu que gostava também de saber se existia alguma ação prevista no que concerne ao combate à toxicodependência, pois, apesar de não ter qualquer dado que lhe desse números absolutos, tinha um pressentimento que a mesma estava a aumentar substancialmente entre os jovens. Portanto gostava de saber, se também estava prevista o desenvolvimento de alguma ação tendente a combater e minimizar o consumo de drogas na “nossa” cidade, nomeadamente entre os mais jovens.-----

VEREADORA, DRA. SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO. -----

A Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, interveio, começando por se reportar ao Carnaval Escolar, respondendo às questões levantadas pela Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva. Referiu que aquando da elaboração do plano de atividades e respetivo orçamento, se refletiu bastante sobre a realização do Carnaval Escolar, tendo ainda o assunto sido discutido no Conselho Local de Educação. Disse que nas escolas havia a intenção de celebrar o carnaval à semelhança do que já era tradicional, quer a Câmara organizasse algum tipo de atividade, quer a Câmara não organizasse.-----

Mais referiu, atendendo às disponibilidades financeiras do município, que a proposta feita às escolas fora no sentido de se realizar o Carnaval Escolar e que a Câmara disponibilizava os transportes das crianças até à cidade, permitindo e proporcionando momentos e atividades de animação. Disse, ainda, que este ano não se ia efetuar a transferência financeira para os estabelecimentos de ensino, destinada a compartilhar os fatos e as indumentárias para o Carnaval-----

Aditou que o assunto fora discutido internamente nos vários estabelecimentos de ensino e que a resposta fora bastante positiva. Mais disse que as escolas iam participar, embora, provavelmente, não houvesse a mesma efusão e a riqueza de anos anteriores, considerando assim, que seria um Carnaval à

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

dimensão dos tempos atuais, dizendo, também, que o mesmo se realizaria no dia 17 de Fevereiro, pelas 14 horas.-----

Ainda no uso da palavra, a Vereadora, Dra. Sara Fragoso, informou que ia ser um Carnaval diferente dos anos anteriores, nomeadamente, a realização do curso na Avenida João Ferreira da Maia, onde iam decorrer algumas atividades de animação, organizadas pelos trabalhadores da Câmara Municipal com o apoio das turmas de animação da Escola Secundária. -----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso, terminou este assunto dizendo que ia ser um Carnaval igualmente alegre para as crianças, que era o que todos pretendiam. Referiu ainda que, caso chovesse, as atividades realizar-se-iam no Pavilhão Multiusos. -----

Seguidamente, a Vereadora, Dra. Sara Fragoso, reportou-se à intervenção feita pelo Vereador, Dr. Silvino Sequeira, relativamente ao aumento da taxa de toxicod dependência, afirmando que o aumento do consumo de droga, por parte dos jovens, também, preocupava o executivo. Aditou que já se realizara uma reunião com elementos das escolas e com o IDT, pois este ainda funcionava provisoriamente, dizendo que foram promovidas algumas ações conjuntas relativas a esta problemática.-----

Ainda no uso da palavra, informou que as ações organizadas pelo IDT, atualmente estavam suspensas, mas a Câmara pretendia continuar a trabalhar e a colaborar com os estabelecimentos de ensino, pois era preocupante o aumento do consumo de droga no concelho. -----

Continuando no uso da palavra, referiu que estavam também preocupados com o alcoolismo, informando que iam realizar-se ações durante o certame das Tasquinhas 2012, por forma a alertar para os perigos do consumo do álcool, no sentido de suscitar e motivar o debate sobre este assunto.-----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso, concluiu a sua intervenção, referindo-se às questões do desemprego dizendo que cada vez mais era importante estar em rede, para que o apoio social pudesse chegar a todas as pessoas.-----

Ainda sobre esta matéria, referiu que o combate ao desemprego passa pelo

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

desenvolvimento de muitas ações, salientando que a ação imediata de acolhimento das pessoas em situação de dificuldade estava a ser feita, através do encaminhamento para as entidades que mais diretamente estão relacionadas com este problema. -----

VEREADOR, DR. NUNO LEAL SANTOS DA VEIGA MALTA. -----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, interveio, referindo-se à questão do desemprego, afirmando que infelizmente Rio Maior não fugia à crise que a todos assola, estando o executivo empenhado em criar um “Nicho de Oportunidades” para que as pessoas apelem ao seu empreendedorismo e à sua criatividade. Aditou que já visitaram uma “incubadora de empresas”, no sentido de perceber a dinâmica que uma entidade daquela natureza tinha, de forma a conseguir incentivar e criar condições para que as pessoas sejam empreendedoras e possam dessa forma gerar riqueza, começando a trabalhar para superar a questão do desemprego e, assim, minorar um problema que a todos afeta. -----

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, interveio, reportando-se à questão da eficiência energética no Complexo Desportivo, informando que o projeto não corra bem, que o investimento fora de cerca de oitocentos mil euros, verificando-se, contrariamente ao que se pretendia, um aumento do consumo de gás e de energia, apenas diminuindo o consumo de água. Informou que nas reuniões que houvera com a empresa, estes informaram que iam reforçar o número de painéis a custo zero para a autarquia, a fim de tentar minorar o impacto. Aditou que o município ia tentar negociar com a empresa que já reconhecia a existência de erros, mostrando disponibilidade para os remediar, que depois verificar-se-iam as multas nas quais a empresa incorria.--

Ainda no uso da palavra, o Vereador, Dr. Carlos Frazão, reportou-se às obras a decorrer na Rua da Paz e zona envolvente, informando que estavam suspensas devido às condições climatéricas, atendendo a que as baixas

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

temperaturas verificadas nas últimas semanas não permitiram a realização da pavimentação, a qual se realizaria logo que as condições climáticas o permitissem. -----

Informou, ainda, sobre as obras que estavam a decorrer na rua Professora Manuel José Ferreira e que as obras da Via Sacra 1 estavam a avançar ao nível do saneamento, aproximando-se da zona do café “Quente e Fresco”. Mais informou que na Avenida de Portugal as obras também estavam a avançar a um bom ritmo, assim como no Espaço Polivalente na Praça do Comércio, fazendo ainda referência ao Centro Escolar de S.João da Ribeira. ---

Continuando a sua intervenção, o Vereador, Dr. Carlos Frazão, informou que estivera presente numa reunião em Caldas da Rainha com os vários municípios que integram as Águas do Oeste, em que se definira uma proposta para todos os municípios, dizendo que ia ser expressa numa reunião a realizar na próxima 5ª feira, dizendo, também, que todos concordaram quanto ao não pagamento dos mínimos. Aditou que a ANMP já se pronunciara, enviando um e-mail com o título “Dívidas às Águas de Portugal”, mencionando, entre os vários considerandos que “ ... na sequência das negociações, a avaliação da dívida às Águas de Portugal será efetuada com base nos montantes associados ao serviço efetivamente prestado, ignorando para já dos montantes baseados em valores mínimos garantidos.” -----

De seguida, informou que a Câmara Municipal de Óbidos já reunira com a empresa Águas do Oeste, fazendo-se representar por uma Sociedade de Advogados, cuja posição fora não aceitar o pagamento dos mínimos, e por mero lapso, entre a Câmara Municipal de Óbidos e a empresa Águas do Oeste, esses valores não constavam na ata, sendo esta a justificação para o não pagamento. -----

Terminou a sua intervenção opinando que as autarquias iam ganhar esta “guerra”, até porque o parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Saneamento dizia que não podia haver pagamento dos mínimos. Aditou que da parte da Sra. Ministra do Ambiente havia grande receptividade relativamente a esta problemática, que envolve não só as Águas do Oeste, mas também as Águas a nível nacional.-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, voltou a intervir, reportando-se às questões por si levantadas, nomeadamente sobre a empreitada da eficiência energética nas Piscinas Municipais, questionando se a empresa tinha garantia bancária que salvaguardasse os custos para a autarquia, caso não se conseguisse atingir os objetivos pretendidos.-----

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, interveio, recordando que o contrato fora assinado ainda com o anterior executivo, referindo não haver garantia bancária.-----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, questionando se a garantia bancária não decorria da lei.-----

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, voltou a usar da palavra para esclarecer que a garantia bancária fora só exigida para a execução e a empresa fizera conceção e execução. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

A Presidente interveio, começando por se reportar à questão do desemprego, referindo que dispunha de dados desde o ano 2001 até ao ano 2012. -----
Assim, disse que em Dezembro de 2001 estavam inscritos no Centro de Emprego 612 desempregados; em Dezembro de 2002 eram 604 desempregados; em Dezembro de 2003 tínhamos 744 desempregados; Dezembro de 2004 tínhamos 783 desempregados; em Dezembro de 2005 eram 750 desempregados; em Dezembro de 2006, 664 desempregados; em 2007, 540 desempregados; em Dezembro de 2008, 544 desempregados;

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Dezembro de 2009, 598 desempregados; Dezembro de 2010, 631; e em Dezembro de 2011 tínhamos 881 desempregados.-----

Terminou a sua intervenção referindo ter-se verificado, durante o período em referência, um aumento da taxa de desemprego na ordem dos quarenta por cento.-----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, voltou a intervir, agradecendo as explicações dadas. Seguidamente questionou, se relativamente ao aumento da toxicod dependência fora solicitada a intervenção das autoridades e se já existia algum resultado dessa intervenção.-----

Sobre o que o Vereador, Dr. Nuno Malta disse relativamente à incubadora de empresas, opinou ser um belíssimo passo que se estava a dar, sugerindo que quando a Escola Superior de Desporto saísse das instalações onde se encontravam no Pavilhão Multiusos, fosse esse o espaço para a instalação da incubadora de empresas.-----

Terminou a sua intervenção solicitando à Sra. Presidente da Câmara se lhe facultava os documentos sobre a evolução do desemprego no Concelho de Rio Maior.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

A Presidente voltou a intervir, informando que os dados sobre o desemprego foram fornecidos pelo IEFP e que posteriormente os enviaria ao Sr. Vereador. -

VEREADORA, DRA. SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO. -----

A Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, voltou a intervir, referindo que na anterior intervenção se esquecera de informar que já tinham reunido com a GNR para abordar a questão relativa à toxicod dependência. Disse, ainda, que fora solicitado à GNR uma maior vigilância nos locais referenciados pelas escolas e por outras pessoas. Mais aditou que fora também solicitado pela Câmara Municipal, uma maior vigilância nos diferentes

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

estabelecimentos de ensino, principalmente nos locais mais propícios a alguns encontros menos benéficos. Terminou dizendo que o executivo estava a trabalhar em colaboração com as entidades de segurança. -----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, voltou a intervir, questionando se a Câmara tinha mais alguma estratégia no combate ao desemprego, para além daquilo que o Vereador, Dr. Nuno Malta referira no que tem a ver com o empreendedorismo, designadamente com as incubadoras de empresas.-----

VEREADOR, DR. NUNO LEAL SANTOS DA VEIGA MALTA. -----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, voltou a intervir, informando que uma das principais estratégias e o principal objetivo do executivo era criar condições para as empresas se instalarem no concelho, para assim criarem riqueza e postos de trabalho, portanto uma maior empregabilidade. -----
Sobre as incubadoras, referiu ser intenção do executivo utilizar o espaço que atualmente é ocupado pela Escola Superior de Desporto, criando uma infraestrutura com todas as condições para os jovens, utilizando as novas tecnologias e tudo aquilo que hoje em dia é fonte de empreendedorismo, dizendo que aquele espaço tem todas as condições para que as empresas se instalem, se lancem e assim comecem a criar riqueza. -----

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO

QUOTIZAÇÃO/COMPARTICIPAÇÃO 2012 -----

Foi presente à Câmara a informação nº 12 da UFCAP, datada de 24 de janeiro, relativa à Quotização/Comparticipação 2012.-----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, começando por referir que devia haver uma reflexão sobre a necessidade do município pertencer à Assembleia Distrital de Santarém, atendendo a que a Colónia

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Balnear da Nazaré é das poucas contrapartidas que a Câmara tem. Opinou que devia ser analisado o custo/benefício. Mais disse que esta quotização é equivalente à da ANMP e os benefícios que uma e outra associação trazem à Câmara Municipal são bastante diferentes. Como tal, opinou ser um custo exagerado para o Município de Rio Maior. -----

A Presidente interveio, referindo que o Governo tinha intenção de fazer alterações relativamente às Assembleias Distritais. Referiu ainda, não obstante haver mais património, que o mais significativo e visível ao nível desta Assembleia Distrital é realmente a Colónia Balnear da Nazaré. Aditou que na próxima reunião apresentaria mais informação sobre esta questão. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

DEVOLUÇÃO DE NOTA DE DÉBITO – ÁGUAS DO OESTE -----

Foi presente à Câmara uma carta da Empresa Águas do Oeste, datada de 24 de janeiro, relativa à devolução de nota de débito. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, interveio, referindo que a nota de débito era relativa aos valores mínimos do ano de 2010, dado que a fatura fora devolvida pela atual administração, situação que acontece com todas as autarquias. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS – PAGAMENTO DE QUOTA -----

Foi presente à Câmara a informação nº 6/UEASS/2012, datada de 31 de janeiro, relativa ao pagamento da quota anual à Associação Internacional das Cidades Educadoras. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

ALTERAÇÃO DA REUNIÃO DE CÂMARA DO DIA 24 DE FEVEREIRO PARA O DIA 20 DE FEVEREIRO – 10 H. -----

A Presidente deu conhecimento à Câmara da alteração da reunião de Câmara do dia 24 de fevereiro, para o dia 20 de fevereiro pelas 10 H. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, interveio, questionando se a Autarquia mantinha a tolerância de ponto no dia de Carnaval. -----

A Presidente leu a circular da ANMP e informou a Vereadora, Dra. Cristina Silva que a Câmara Municipal de Rio Maior não ia dar tolerância de ponto, seguindo a orientação governamental. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

ORDEM DO DIA

DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº. 3 DO ARTIGO 68º DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.

DESPACHO N.º 01/PRES/2012 – PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONFIRMAÇÃO DE ELEMENTOS, ANÁLISE DE CANDIDATURAS, SELECÇÃO DOS CANDIDATOS E ELABORAÇÃO DA LISTA PROVISÓRIA – ALTERAÇÃO DO LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE RECLAMAÇÕES PELOS CANDIDATOS – BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR. -----

Foi presente à Câmara o Despacho nº 01/PRES/2012, exarado pela Presidente da Câmara, em 27 de janeiro, relativo à prorrogação de prazo para confirmação de elementos, análise de candidaturas, seleção dos candidatos e elaboração da lista provisória – alteração do limite para apresentação de reclamações pelos candidatos – Bolsas de Estudo para alunos do ensino superior. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, referindo que

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

quando este assunto veio a reunião de Câmara, questionara se o calendário previsto tinha alguma hipótese de ser cumprido e fora-lhe respondido que os serviços tudo fariam para que efetivamente se cumprisse o prazo. Como tal, lamentou que não se tivesse conseguido cumprir os prazos estabelecidos, verificando-se em termos práticos que estas bolsas não iam ser atribuídas atempadamente, dizendo que se as pessoas se candidataram é porque precisavam e a intenção da Câmara era precisamente apoiar estes alunos e estas situações. -----

Terminou a sua intervenção, lamentando mais uma vez, que as bolsas de estudo não tivessem sido atribuídas e que a situação se vá arrastando no tempo. -----

A Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Fragoso, interveio, começando por dizer que também lamentava a prorrogação do prazo, mas que se devia única e exclusivamente ao facto de haver alguma disparidade na informação entregue pelos candidatos, nomeadamente as declarações passadas pelas Juntas de Freguesia, que não especificavam os elementos solicitados nos termos do regulamento. Assim, tornou-se necessário pedir novos esclarecimentos, situação que impediu a fixação da lista final e implicou esta prorrogação do prazo. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar o despacho nº 1/PRES/2012, datado de 27 de janeiro, exarado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o qual determinou a prorrogação do prazo para a confirmação de elementos, análise de candidaturas, seleção dos candidatos e elaboração da lista provisória, até ao próximo dia 10 de fevereiro e, conseqüentemente, a alteração do limite para apresentação de reclamações pelos candidatos até ao dia 01 de Março e a elaboração da lista definitiva até 15 de Março do corrente ano, para que seja submetida a deliberação de Câmara. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Voto favoravelmente esta proposta, lamentando no entanto que se arraste no

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

tempo a entrega desta bolsa aos alunos que efetivamente já não se deram no ano passado, embora existindo um regulamento eficaz para esse efeito.” -----

A presente declaração de voto foi subscrita pelo Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, eleito pelo PS. -----

DESPACHO N.º 02/PRES/2012 – EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 850.000,00€ -----

Foi presente à Câmara o Despacho nº 02/PRES/2012, exarado pela Presidente da Câmara, relativo ao empréstimo de curto prazo até ao montante de 850.000,00 euros. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar o despacho designado em epígrafe, pelo qual se determinou proceder à consulta a pelo menos três instituições de crédito para a apresentação das condições a praticar na contratação de um empréstimo de curto prazo, até ao montante de oitocentos e cinquenta mil euros (€ 850.000,00), destinado a ocorrer a dificuldades de tesouraria, com prazo até 31 de dezembro de 2012 e reembolso do capital no final do prazo. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto, oral: -----

*“Voto favoravelmente por diversas razões, mas principalmente por um princípio de coerência, pois sempre entendi que o município de Rio Maior, se tivesse capacidade de endividamento, dentro do enquadramento legal existente, devia de recorrer a estes meios. -----
Como não mudo de opinião, de um tempo para o outro, em nome dessa coerência votei favoravelmente.”* -----

A presente declaração de voto, foi subscrita pelo Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, eleito pelo PS. -----

SUBSIDIOS E APOIOS

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

CARNAVAL DO RIO 2012 – DESFILE NOTURNO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO -----

Foi presente à Câmara a informação nº 13/UCPCTJ/2012, datada de 26 de janeiro, acompanhada de carta da Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior, relativa ao Carnaval do Rio 2012 – Desfile noturno – atribuição de subsídio.-----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, começando por dizer que percebia que o Carnaval era uma atividade recreativa que podia ter algum reflexo económico no concelho e na cidade. Disse, também, que compreendia e reconhecia que até podia haver benefícios para o comércio com o desenvolvimento desta atividade, referindo-se concretamente aos bares. -----

Aditou que não o chocava que a Câmara Municipal fosse parceira neste processo e que apoiasse uma iniciativa deste género, o que o chocava realmente, era o facto da Câmara Municipal apoiar uma situação destas não tendo disponibilidade para apoiar outras iniciativas, reportando-se obviamente, ao movimento associativo e às questões de carácter social que infelizmente se passavam no concelho de Rio Maior, cada vez em maior número.-----

Frisou que efetivamente havia riomaiorenses a passar muitas dificuldades, aditando que não via a Câmara Municipal a concentrar esforços no sentido de minimizar esses impactos.-----

Referiu que havia pessoas que não tinham dinheiro para pagar a luz, pessoas que entregavam as casas ao banco, porque não tinham condições de pagar os seus empréstimos, crianças que chegavam às escolas sem terem tomado o pequeno almoço, opinando que se podia apoiar o Carnaval, mas não se podia perder as outras situações e, sobretudo, perceber que neste momento, havia opções que tinham que ser feitas.-----

Considerou que estas questões deviam ser pensadas de uma outra forma, referindo que apesar do valor não ser muito, devia ser canalizado para outras iniciativas. Opinou ainda que, provavelmente, conseguir-se-iam parceiros que suportassem este custo, sem onerar o orçamento público. -----

A Presidente, interveio, para dizer que no decorrer desta reunião iam, também, apreciar questões de índole social. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor dos vereadores eleitos pela “Coligação Juntos pelo Futuro” e a Presidente, e da Vereadora Dra. Ana Cristina Silva, eleita pelo PS e duas abstenções dos Vereador Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira e Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, eleitos pelo PS, de acordo com a informação em apreço, aprovar a atribuição de um subsídio no valor de 1.225,00 € (mil duzentos e vinte e cinco euros) à Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior, parceira na organização do Carnaval do Rio – Desfile Noturno 2012. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

***“Abstive-me e só não votei contra porque dará, obviamente, algum movimento com a feitura das máscaras e não quero entrar nesse campo, que tem a importância que tem. Abstive-me fundamentalmente como ato simbólico. Não é a importância que está aqui em causa, é o ato simbólico. Em 2011 o movimento associativo desportivo, que eu tenha conhecimento, não tem praticamente um cêntimo. O dinheiro que vai sair da Câmara, vai ser transferido para a Desmor, e não havendo isto, ao movimento associativo no campo desportivo, com as implicações sociais que isso tem nos mais jovens, não poderia eticamente sancionar uma medida destas, uma participação financeira para o carnaval do rio 2012 – Desfile Noturno. -----
Portanto a minha abstenção é mais do que a importância financeira que está em causa, é o ato simbólico em si e o que ele representa como opções da maioria da CMRM”.-----***

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Abstive-me, não porque não concordasse com a iniciativa e acho que é importante que ela se realize, mas porque penso que efetivamente havia hipótese, através de parcerias, encontrar quem ajudasse a suportar estes custos sem onerar o orçamento público, por um lado, por outro, efetivamente, há necessidade e há situações de carácter social, para mim mais prementes que um

investimento nesta natureza”.-----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente, e não tem a ver propriamente com o valor em causa, porque é um valor relativamente baixo, mas penso que num período de muita carência social, num período de crise, compreendo perfeitamente o estado de espírito de todos nós, também é importante algo para que todos nós possamos descomprimir um bocadinho e penso que, quando todo o comércio no Concelho de Rio Maior e, infelizmente, a nível nacional, caminha para uma situação de falência, que, quer queiramos, quer não, vem ao nosso Concelho e à cidade de Rio Maior, centenas ou milhares de pessoas, o que irá permitir dar uma certa dinâmica a todo o comércio, sobretudo à restauração ”. -----

A presente declaração de voto foi subscrita pela Sra. Presidente da Câmara. ---

ASSUNTOS DIVERSOS

ESTATUTO REMUNERATÓRIO DO VOGAL EXECUTIVO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA DESMOR E CONTRATO DE GESTÃO – ALTERAÇÕES AO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO -----

Por solicitação da Presidente da Câmara o presente assunto foi retirado da ordem de trabalhos. -----

UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS

REGULAMENTO INTERNO DE FUNCIONAMENTO, ATENDIMENTO E HORÁRIO DE TRABALHO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR -----

Foi presente à Câmara uma informação da Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, datada de 8 de fevereiro, relativa ao regulamento interno de funcionamento, atendimento e horário de trabalho da Câmara Municipal de Rio Maior. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

A Presidente, apresentou o assunto e leu a proposta de deliberação.-----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, interveio, referindo que acompanhara as reuniões com o STAL e com o representante dos sindicatos da CMRM. Referiu a obrigatoriedade legal de haver um regulamento interno de funcionamento, atendimento e horário de trabalho, recordando a resposta que a Câmara dera ao Tribunal de Contas em janeiro, em que se comprometera a apresentar o regulamento numa próxima reunião de Câmara. Assim, para além desse compromisso que estava assumido com uma entidade estranha ao município, considerava também que este regulamento, cumprindo com a lei e seguindo algumas orientações dadas pelos sindicatos, disciplinava, no bom sentido, o funcionamento da Câmara Municipal. -----

Na sua opinião, um dos pontos mais relevantes será a alteração ao horário de funcionamento da Câmara que passará a ser das nove às dezassete horas, com o período de almoço das treze às catorze horas. Aditou que esta alteração em nada prejudica o público, mantendo o mesmo horário na hora de almoço os setores de Atendimento ao Público e a Tesouraria, permitindo uma redução de custos com energia elétrica e não só. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, nos termos da informação em apreço, aprovar o Regulamento interno de funcionamento, atendimento e horário de trabalho da Câmara Municipal de Rio Maior.-----

UNIDADE DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

CONTRATO DE EXECUÇÃO – SITUAÇÕES ESPECIAIS -----

Foi presente à Câmara a informação nº 7/SUASE/2012, datada de 20 de janeiro, relativa ao Contrato de Execução – Situações especiais – Decreto-lei nº 144/2008, de 28 de julho. -----

A Presidente interveio, fez a apresentação do assunto, lendo a proposta de deliberação.-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a realização da despesa no valor total de 18.194,16 € a transferir no ano de 2012 para os dois agrupamentos de escolas do Concelho, Fernando Casimiro Pereira da Silva e Marinhas do Sal, nos termos da informação em apreço. -----

RENOVAÇÃO DA CEDÊNCIA DE SALA NA CASA SENHORIAL – ATELIER DE PINTURA --

Foi presente à Câmara nº 6/UCPCTJ/2012, datada de 2 de Fevereiro, relativa à renovação do protocolo de cedência de sala na Casa senhorial – “ Atelier de Pintura”.-----

A Presidente interveio, fez a apresentação do assunto, lendo a proposta de deliberação.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a renovação do protocolo com o artista Luís Fernandes relativo à cedência de sala na Casa Senhorial, nos termos propostos na informação em apreço. -----

PEDIDO DE ANULAÇÃO DE DIVIDA -----

Foi presente à Câmara a informação nº 4/SUASS/2012, de 09 de janeiro, relativa ao pedido de anulação de dívida.-----

A Presidente interveio, fazendo a apresentação do assunto e frisou que a Câmara estava atenta às questões sociais e não há criança nenhuma que deixe de fazer a sua refeição por dívidas ou por dificuldades das suas famílias pagarem as refeições. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a anulação do montante de 106,58 € (cento e seis euros e cinquenta e oito cêntimos), que se encontra em dívida, relativamente à utilização do serviço de refeições no ano letivo de 2011/2012, meses de setembro a dezembro, da menor Evellin da Silva Souza a frequentar o Centro Escolar nº 2, nos termos propostos na informação supra citada. -----

UNIDADE DE CONTENCIOSO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

VISITAS DE ESTUDO NO ANO LETIVO 2011/2012 – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO -----

Foi presente à Câmara a informação da UCCP nº DCC 877-1/2011, datada de 27 de Janeiro, relativa a visitas de estudo – ano letivo 2011/2012, acompanhada da minuta do contrato.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo feito a leitura da minuta de deliberação.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, face à informação supracitado, aprovar a minuta do contrato relativa à prestação de serviços em apreço. -----

REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE RIO MAIOR -

Foi presente à Câmara as informações nºs UCCP 842-2/2011 e 1090/2011, datadas de 30 de janeiro, relativas ao regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e da prestação de serviços do Concelho de Rio Maior – Discussão pública – apreciação de sugestões. -----

A Presidente interveio, fazendo a apresentação do assunto, esclarecendo que as alterações apresentadas foram feitas com base nas sugestões dadas, nomeadamente a DECO, cuja sugestão implicou a introdução de um novo número no artº 7º do regulamento ficando com a seguinte redação: “Em caso de alargamento do horário de funcionamento dos horários dos estabelecimentos, nos termos da alínea b) do número anterior serão ainda ouvidos os residentes nos imóveis das zonas circundantes dos estabelecimentos em causa, através de edital a afixar nos lugares de estilo, para se pronunciarem no prazo de 30 dias.” -----

Ainda sobre esta matéria referiu, também, a introdução de um novo número no

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

mencionado artigo, com a seguinte redação: “ O parecer da GNR emitido nos termos do número um do presente artigo, terá carater vinculativo.” -----
Informou, também, que fora feita uma alteração com base nas observações apresentadas pelos proprietários dos bares Palhinhas Gold, Vintage Club, Inabar e Sweet, designadamente, “Que o horário previsto na al) b), do nº 1, do artigo 5º do regulamento seja alterado, passando os estabelecimentos do 2º grupo a poder funcionar entre as 06.00 e a 01.00 hora de todos os dias da semana” e “Que o horário previsto na alínea c) do nº 1 do artigo 5º do Regulamento seja alterado, passando os estabelecimentos do 3º grupo a poder funcionar no período de inverno, entre as 10.00 e as 04.00 às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriado”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com a informação em apreço, aprovar as alterações ao Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de serviços do Concelho de Rio Maior, conforme as sugestões apresentadas.-----

Mais deliberou ainda, submeter à apreciação da Assembleia Municipal o Regulamento dos Horários de funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Concelho de Rio Maior, em apreço, nos termos conjugados da alínea a) do nº 6 do art64º com a alínea a) do nº 2 do artº 53º, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação. ----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

***“Congratulo-me com as alterações propostas, recordando que antes de ir para inquérito público, estas tinham sido discutidas em reunião de Câmara, nomeadamente as dos horários dos bares, recordando que referira tratar-se de um investimento muito grande feito pelos proprietários dos bares, para só poderem funcionar, no período de inverno, até às 03.00H, enquanto um café normal podia funcionar até às 02.00 H, o que na sua opinião era desajustado. ----
Congratulo-me, mais uma vez, por terem sido acolhidas as sugestões apresentadas”. -----***

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

A presente declaração de voto foi subscrita pelos Vereadores, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, eleito pelo PS e Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, eleito pela Coligação “Juntos pelo Futuro”. -----

UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO

DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – POSTO DE TURISMO EM MARINHAS DO SAL -----

Foi presente à Câmara a informação da UFCAP nº 31/2012, datada de 02 de Fevereiro, relativa a desafetação do domínio público municipal do terreno onde se encontra construído o Posto de Turismo em Marinhas do Sal. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, apresentou o assunto, dando diversos esclarecimentos sobre o mesmo. -----

A Câmara, face às informações supra indicadas, deliberou por unanimidade, aprovar a desafetação do domínio público municipal para o domínio privado do município de Rio Maior de uma parcela de terreno, sito em Marinhas do Sal, freguesia de Rio Maior, onde se encontra construído o posto de turismo, com área total de 173,00 m², onde 40,00 m² são de área coberta e 133,00m² de logradouro, a confrontar de norte com estrada, de sul com marinhas do sal, de nascente e poente com estacionamento público, à qual foi atribuído o valor total de 41.000,00 € (quarenta e um mil euros). -----

Mais deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal dando cumprimento à alínea b) do nº 4 do artigo 53º do Decreto-Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

ACEITAÇÃO DE CEDÊNCIA A TÍTULO GRATUITO DE PARCELA DE TERRENO – EMPREITADA “BENEFICIAÇÃO DO TROÇO DA ESTRADA DAS MARINHAS DO SAL AO CASAL DA VELHA – RIO MAIOR” -----

Foram presentes à Câmara as informações da SUAP nº 30, datada de 03 de

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Fevereiro e da UOPE nº 61/2011, datada de 09 de Maio, do ano transato, relativas a aceitação de cedência a título gratuito de parcela de terreno – empreitada de “Beneficiação do troço da estrada das Marinhas do Sal ao Casal da Velha – Rio Maior”.-----

A Presidente interveio, apresentando o assunto e lendo a proposta de deliberação. Seguidamente esclareceu tratar-se de uma obra no troço de estrada que vai das Marinhas do Sal ao Casal da Velha, dentro da localidade de Lobo Morto, junto ao “ferro velho”, dizendo ter sido esta a forma que a Câmara Municipal encontrou para a negociação com o proprietário, para que este permitisse o alargamento da estrada numa zona onde se verificava um estrangulamento acentuado, beneficiando assim toda aquela via.-----

A Câmara, face às informações supra indicadas deliberou por unanimidade aprovar a aceitação a título gratuita de uma parcela de terreno, com a área de 40,00 m2 integrada no domínio público municipal, empreitada “Beneficiação do Troço da Estrada das Marinhas do Sal ao Casal da Velha – Rio Maior”, a desanexar de um prédio misto inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 111 da secção G e urbanos inscritos na matriz sob os artigos nºs 8964 e 9894, todos da freguesia de Rio maior, sítos em “Casais de Cima”, ou “Casai de Cima” ou “Lobo Morto”, com área total de 1.796,00 m2 e descritos na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o nº 6228 da mesma freguesia, inscritos a favor de Fernando dos Santos Mangas, em contrapartida o município aceita a proposta apresentada pelo referido proprietário de proceder às atualizações matriciais e de registo na Conservatória do Registo Predial suportando os custos inerentes a estas atualizações. -----

ADENDA AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO CONCELHO DE RIO MAIOR -----

Foi presente à Câmara a informação da UCCP nº 114/2012, datada de 8 de fevereiro, relativa a adenda ao contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Rio Maior – Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, interveio, dando alguns esclarecimentos sobre este assunto, começando por informar que foram realizadas várias reuniões de trabalho com a empresa “Suma”. Assim, disse, atendendo às dificuldades que se vivem, que o executivo entendeu, não pondo em causa a qualidade do serviço prestado, reduzir o custo da recolha de resíduos sólidos urbanos e da limpeza urbana, conseguindo uma redução de cerca de cinco mil euros por mês. Aditou que a população não se ia aperceber das alterações do serviço, pois o que estava em causa era a periodicidade da recolha e limpeza dos contentores em determinados circuitos. Mais disse que na cidade mantém-se a recolha durante os cinco dias. Disse, também, que ao nível da varredoura mecânica também passava a haver algumas reduções -----

Opinou, reiterando que esta situação não ia ter impacto na qualidade do serviço prestado à população, frisando que se por acaso tal viesse a verificar-se, que obviamente se renegociava com a empresa “Suma”. -----
Continuando no uso da palavra aditou que a empresa tivera uma postura muito digna na “negociação” efetuada.-----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, começando por manifestar a sua concordância com o facto da Câmara procurar soluções para minimizar e reduzir custos, e tanto melhor se não fosse posta em causa a eficiência do serviço prestado. -----

De seguida, referiu que as suas dúvidas prendiam-se com o facto desta prestação de serviço ser objeto de concurso público. Neste sentido, recordou que os cadernos de encargos diziam o que era exigido para essa prestação de serviço. Disse, ainda, que as empresas apresentaram, na altura, o preço pela prestação daquele serviço e a empresa “Suma” posicionara-se como vencedora. Agora, existia o acordo entre a Câmara e a empresa no sentido de reduzir o serviço, pelo que a sua dúvida era de natureza jurídica, nomeadamente até que ponto os outros opositores ao concurso, os outros concorrentes não podiam inquirir a Câmara sobre esta alteração ao caderno de encargos, que aconteceu posteriormente ao concurso, podendo colocar a

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

Câmara em “maus lençóis” e mesmo a própria empresa adjudicatária. -----
Nesse sentido gostava de ter um parecer jurídico para apoiar esta decisão, embora não tivesse dúvidas da legitimidade da Câmara em procurar o interesse público, o que até louvava, tinha era receio que no intuito de minimizar os custos, se arranjasse outro tipo de problema.-----

Terminou a sua intervenção referindo mais uma vez que ficava mais confortado com um parecer que suportasse a decisão da Câmara. -----

Por solicitação da Sra. Presidente, a Chefe da UCCP, Dra. Fátima Lemos, começou por dizer que a principal preocupação neste processo fora não só reduzir o valor da prestação do serviço, mas também assegurar as questões que se colocavam no sentido de saber se poderia ser feita esta redução, com toda a segurança, face aos termos do contrato, do caderno de encargos e de tudo o que tinha sido feito anteriormente. -----

Aditou que as modificações objetivas ao contrato são possíveis de fazer, tal como estava demonstrado na informação que acompanhava a proposta de deliberação. Mais disse que da análise das peças processuais, face aquela proposta e à diferença das propostas apresentadas, não havia choque nenhum e a diferença estava salvaguardada, pois ganharam com uma diferença ainda significativa, tanto mais que este processo tivera uma providência cautelar, apresentada pela empresa “Green Days”. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, questionou ainda se esta negociação que configurava uma alteração ao contrato, ia ser sujeita a visto do Tribunal de Contas.-----

A Dra. Fátima Lemos, voltou a usar da palavra referindo que sempre que havia aumento do valor que implicasse aumento de despesa e assunção de responsabilidade financeira, forçosamente, mesmo que estivessem em causa valores pouco significativos, ia sempre a Tribunal de Contas (TC). Aditou que embora não tivesse ficado referido na respetiva informação, o processo em apreço não tinha que ser presente ao TC, porque essas modificações objetivas não só resultaram em menor valor, como também não prejudicaram em termos

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

de serviço prestado, face ao que fora acordado e contratualizado inicialmente. -

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, voltou a intervir, referindo que apesar do respeito que tinha pela opinião da Dra. Fátima Lemos, tinha algumas reservas sobre esta matéria, pois o Tribunal de Contas analisava não só os procedimentos do ponto de vista legal, mas também os cadernos de encargos e as contrapartidas da prestação de serviços, pelo que não tinha tanta certeza que esta situação não configurasse uma alteração ao caderno de encargos e que não houvesse obrigatoriedade dessa sujeição a visto do Tribunal de Contas. -----

Finalizou a sua intervenção referindo que a redução do contrato, em termos financeiros, também implicava uma redução da contrapartida da prestação de serviços, daí as suas dúvidas.-----

A Dra. Fátima Lemos, de novo no uso da palavra, referiu que não se verificava uma alteração às peças processuais, pois se assim fosse tinha de seguir outros trâmites. Frisou tratar-se apenas de uma modificação objetiva ao contrato e não tanto às peças do procedimento. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, de novo no uso da palavra, questionou como ficava a situação, caso algum dos concorrentes viesse afirmar que se soubesse, à data, que nas freguesias a recolha era feita uma vez por semana, era desnecessário comprar um carro, porque tinha no Concelho ao lado uma viatura disponível e, nesse sentido, tinha apresentado outro preço.-----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva interveio, opinando que não obstante o parecer da Dra. Fátima Lemos, considerava que o Vereador, Dr. Carlos Nazaré estava a ver a questão de forma muito objetiva e que a todos poderia salvaguardar. Opinou que a questão em causa poderia levantar dúvidas relativamente à possibilidade de se tratar da alteração de um contrato, porque os outros concorrentes, noutras situações, também poderiam ter feito outras propostas. -----

Questionou, assim, por uma questão de equidade e de defesa, se não seria

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

possível o assunto ser previamente visto pelo Tribunal de Contas. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, de novo no uso da palavra, embora percebendo a preocupação demonstrada, referiu não compreender, pois o que estava em causa, em primeiro lugar, era o interesse público. Disse, ainda, que caso a Câmara passasse a pagar mais, com a mesma prestação de serviços, admitia que as empresas concorrentes legitimamente levantassem questões, no entanto tratava-se do oposto. -----

Terminou a sua intervenção opinando não ver qualquer problema do processo ser presente ao Tribunal de Contas para apreciação, pois tratava-se da defesa intransigente do interesse público. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com a informação em apreço, aprovar as modificações objetivas ao contrato, bem como a redução do respetivo preço contratual, e ainda aprovar a minuta de aditamento ao mesmo.- Mais deliberou, remeter a referida minuta ao Tribunal de Contas para apreciação e emissão de visto. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente este ponto, porque houve o assumir do compromisso de que seria enviado para o Tribunal de Contas e portanto só terá execução o que foi aqui deliberado, depois da aceitação por parte do Tribunal de Contas. Se não fosse assim teria votado contra, com voto de vencido, porque penso que há aqui uma alteração das condições contratuais, independentemente da bondade do interesse público, por vezes e infelizmente na prática da vida administrativa, o interesse público por vezes é sobreposto a outro interesse que se sobrepõe ao interesse público, que é o chamado interesse das “ conformidades com”. ----- Portanto, só votei favoravelmente porque vai para o Tribunal de Contas e só será exequível após o visto do Tribunal de Contas, porque caso contrário teria votado contra, com declaração de voto de vencido.”-----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente porque me afigura que o interesse público está aqui subjacente, embora se deva pronunciar, no meu entender, o Tribunal de Contas, sobre esse contrato.-----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pela Vereadora Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo Silva.-----

O Vereador, Dr. Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente porque, em primeiro lugar, independentemente de tudo o que possa dizer a legislação, o que está em causa é o interesse público. Penso que uma redução de cinco mil euros mês no período de vigência do contrato, que é por sete anos, no caso da recolha de resíduos sólidos urbanos e de mais dois anos para a limpeza urbana, que é significativo este montante.”-----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pela Vereadora Dra. Sara Fragoso, eleita pela coligação “ Juntos pelo Futuro” e a Presidente.-----

ADENDA AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA LIMPEZA URBANA NA CIDADE DE RIO MAIOR -----

Foi presente à Câmara a informação da UCCP nº 115/2012, datada de 8 de fevereiro, relativa a adenda ao contrato de prestação de serviços de Limpeza Urbana na cidade de Rio Maior – Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com a informação em apreço, aprovar as modificações objetivas ao contrato, bem como a redução do respetivo preço contratual, e ainda aprovar a minuta de aditamento ao mesmo. Mais deliberou, remeter a referida minuta ao Tribunal de Contas para apreciação e emissão de visto.-----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de

voto, oral:-----

“Votei favoravelmente este ponto, porque houve o assumir do compromisso de que seria enviado para o Tribunal de Contas e portanto só terá execução o que foi aqui deliberado, depois da aceitação por parte do Tribunal de Contas. Se não fosse assim teria votado contra, com voto de vencido, porque penso que há aqui uma alteração das condições contratuais, independentemente da bondade do interesse público, por vezes e infelizmente na prática da vida administrativa, o interesse público por vezes é sobreposto a outro interesse que se sobrepõe ao interesse público, que é o chamado interesse das “ conformidades com”. ----- Portanto, só votei favoravelmente porque vai para o Tribunal de Contas e só será exequível após o visto do Tribunal de Contas, porque caso contrário teria votado contra, com declaração de voto de vencido.”-----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente porque me afigura que o interesse público está aqui subjacente, embora se deva pronunciar, no meu entender, o Tribunal de Contas, sobre esse contrato.”-----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pela Vereadora Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo Silva.-----

O Vereador, Dr. Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente porque, em primeiro lugar, independentemente de tudo o que possa dizer a legislação, o que está em causa é o interesse público. Penso que uma redução de cinco mil euros mês no período de vigência do contrato, que é por sete anos, no caso da recolha de resíduos sólidos urbanos e de mais dois anos para a limpeza urbana, que é significativo este montante.”-----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pela Vereadora Dra. Sara Fragoso, eleita pela coligação “ Juntos pelo Futuro” e a Presidente.-----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

ACORDO DE PAGAMENTOS DE DIVIDA - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE RIO MAIOR -----

Foi presente à Câmara a informação nº 43 da SUAP, datada de 8 de Fevereiro, relativa ao acordo de pagamento de dívida – Contrato de Prestação de Serviços de Recolha de resíduos Sólidos urbanos no Concelho de Rio Maior. --

A Presidente interveio, apresentando o assunto e lendo a proposta de deliberação.-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a minuta do acordo de pagamento de dívida com a Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., bem como o respetivo plano de pagamentos. -----

ACORDO DE PAGAMENTOS DE DIVIDA - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA NA CIDADE DE RIO MAIOR -----

Foi presente à Câmara informação nº 42 da SUAP, datada de 8 de fevereiro, relativa ao acordo de pagamento de dívida – Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Urbana na cidade de Rio Maior. -----

A Presidente interveio, apresentando o assunto e lendo a proposta de deliberação.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a minuta do acordo de pagamento de dívida com a Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., bem como o respetivo plano de pagamentos. -----

UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL, TURISMO E JUVENTUDE

CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CULTURAL E JUVENIL 2011 - PROPOSTA -----

Foi presente à Câmara a informação nº 2/DESP/2012, datada de 9 de Janeiro

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

de 2012, relativa a Contratos Programa de Desenvolvimento Desportivo Cultural e Juvenil 2011 - Proposta. -----

A Presidente interveio, tendo feito a apresentação do assunto, começando por ler a proposta de deliberação, enumerando também as diversas participações que iriam ser transferidas para as várias Associações/Clubes, no âmbito dos contratos-programa em epígrafe. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, dizendo que a verba apresentada no documento em epígrafe, no valor de 96.800,00€, configurava um apoio ao movimento associativo. Aludiu ainda que a verba ao ser transferida para os clubes ia para a Desmor por via da utilização das instalações desportivas e que a mesma representaria receita própria da empresa, ou seja, não era um subsídio dado pela Câmara Municipal. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré na sua intervenção, alertou, também, para o facto dos clubes, nomeadamente, os seus atletas deixarem de ter condições para a prática do desporto, tendo em conta que a Câmara só iria atribuir verbas para a utilização das instalações desportivas geridas pela empresa municipal Desmor.-----

A Presidente interveio e em resposta ao Vereador, Dr. Carlos Nazaré, referiu que era importante lembrar que, caso não existissem atletas a utilizar as instalações desportivas, não existiriam tantos gastos energéticos e que a empresa Desmor não teria tantos encargos com a utilização das instalações desportivas. -----

Concluiu a sua intervenção, dizendo que o documento em epígrafe não era um contrato programa com a empresa Desmor, salientando que quando se tratava de assuntos relacionados com a Desmor se ausentava da sala, não participando na discussão e na votação de tais assuntos. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva interveio dizendo que considerava importante que as verbas a transferir pela utilização das instalações desportivas transitassem numa primeira fase para os

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

clubes e só depois para a empresa Desmor. Aludiu ainda à qualidade das instalações desportivas existentes em Rio Maior e da possibilidade das mesmas poderem ser utilizadas pelos munícipes. Considerou, ainda, ser de extrema importância o apoio na utilização das instalações desportivas, tendo em conta os custos associados à sua manutenção. -----

Ainda no uso da palavra a Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, disse concordar com o investimento efetuado em Rio Maior e, também, a possibilidade dos clubes poderem utilizar gratuitamente as instalações desportivas. Considerou tal facto muito importante, não só para os estudantes, mas também para toda a população em geral. Disse, também, que as instalações desportivas tinham sido construídas com o objetivo de poderem ser colocadas ao serviço de toda a população. -----

No que respeita às verbas para as atividades desportivas, a Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva disse que as mesmas eram escassas. Relevou, ainda, a transferência de algumas verbas para a atividade do movimento associativo e que na primeira reunião de Câmara do mês de dezembro do ano transato, referira que aguardava que o movimento associativo pudesse ser ressarcido de alguns valores despendidos com atividades do ano anterior. -----

Na sua intervenção a Vereadora, Dra. Ana Cristina Silva, referiu-se também aos custos que os pais e encarregados de educação tinham que suportar com os transportes, dando como exemplo os jogos realizados pelas equipas da “foot-escola” do Núcleo Sportinguista de Rio Maior, que normalmente se realizavam fora da cidade e que os mesmos tinham de se deslocar em transporte próprio. Aludiu, ainda, que na sua opinião deviam ser disponibilizadas mais verbas para o movimento associativo, mas que compreendia a necessidade de contenção e que acreditava que se fosse possível seriam transferidas mais verbas. -----

Concluiu a sua intervenção, considerando ser muito positivo contemplarem-se verbas para o movimento associativo, cultural e desportivo. Mais disse ter ficado surpreendida com a votação do Conselho Municipal do Desporto, pois todos votaram a favor, havendo apenas uma abstenção. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta interveio, tendo referido que compreendia a angústia manifestada nas várias intervenções por parte dos Vereadores da oposição. -----

No que respeita aos valores a serem transferidos para os clubes e associações, o Vereador, Dr. Nuno Malta, disse que os mesmos eram os possíveis, não obstante as necessidades das instituições. Aludiu ainda que também tinha uma filha que estava inserida num dos clubes e que ele próprio também pagava uma quota mensal. -----

Na sua intervenção, o Vereador, Dr. Nuno Malta, referiu que as verbas que iam ser transferidas para as diversas instituições eram superiores às expectativas das mesmas. O Vereador, Dr. Nuno Malta, alertou ainda para a falta de verbas do Município, dizendo que nos últimos anos se tinha vivido acima das possibilidades e que, actualmente tinha de existir uma forte contenção, tendo em conta a garantia das condições sociais da população. -----

Concluiu a sua intervenção, dizendo que ia votar favoravelmente, porque os clubes iam ter condições de efetuar o pagamento pela utilização das instalações desportivas. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio tendo referido que a discussão do assunto em questão estava a ser muito benéfica, dizendo que ao longo dos anos a sociedade fora habituada a viver de subsídios, utilizando a expressão “subsidiodependência”. Aludiu ainda para o facto de terem sido criadas coletividades e associações somente para beneficiarem dos subsídios que eram atribuídos. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, fez ainda uma abordagem às contas das diversas Autarquias do País, incluindo a de Rio Maior, dizendo que as receitas que deviam ser para pagar as faturas à empresa Águas do Oeste estavam a ser utilizadas para assegurar outras despesas, dando como exemplo os vencimentos dos trabalhadores, refeições escolares, entre outras. Disse também que os seus filhos sempre praticaram desporto e nunca usufruíram de qualquer subsídio. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo esperar que a situação no ano de 2013

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

não fosse pior e que se pudesse voltar a discutir a transferências de mais verbas para o movimento associativo. O Vereador, Dr. Carlos Frazão disse ainda que considerava muito importante a prática desportiva por parte dos jovens, tendo em conta que estavam ocupados e que, em princípio, não iam enveredar por caminhos menos claros, mas tinha que existir a consciência que a situação financeira era diferente dos anos anteriores. -----

A Presidente interveio referindo que o assunto em causa dizia respeito a um subsídio ao movimento desportivo, que o clausurado constante nos contratos-programa se prendia com o pagamento de uma prestação de serviço, ou seja, a empresa Desmor ia receber em função de um serviço prestado. Aludiu ainda às suas ausências nas discussões dos assuntos relacionados com a empresa Desmor, nomeadamente, no contrato-programa, dizendo, também, que caso tivesse entendido que ela própria estava impedida de votar o assunto em epígrafe, se tinha ausentado imediatamente no início da sua discussão. Dirigiu-se, ainda, ao Vereador, Dr. Silvino Sequeira, dizendo que, na sua opinião, o mesmo devia também ausentar-se da sala de reuniões, face ao seu impedimento em votar o assunto em epígrafe. De seguida, a Presidente informou, face a alguma dúvida que existisse, que se ausentava da sala de reuniões de Câmara. -----

A Presidente da Câmara saiu neste momento da sala de reuniões de Câmara, ficando o Vice-Presidente a presidir. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira saiu, também, neste momento da sala de reuniões de Câmara. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio dizendo que compreendia que os tempos áureos em que todos os praticantes de atividades desportivas recebiam apoios tinham terminado. -----

Continuando no uso da palavra o Vereador, Dr. Carlos Nazaré, disse que tinha de se encontrar uma forma para os que não tivessem possibilidades financeiras, tinha de existir justiça social, tendo em conta que alguns podiam pagar e que outros não tinham condições para o fazer. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Vice-Presidente interveio reportando-se à falta de verbas com que os Municípios se debatiam, dizendo que tinham de ser definidas prioridades, dando alguns exemplos, como o pagamento da recolha de resíduos sólidos, da água, das refeições escolares e dos vencimentos, não obstante a importância do apoio ao movimento associativo. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que qualquer que fosse a maioria que estivesse à presidir aos destinos do Município tinha que tentar resolver os problemas, considerando tal facto uma obrigação de qualquer autarca. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar as minutas dos Contratos-Programa de desenvolvimento desportivo, cultural e juvenil a celebrar com as Associações do Concelho, bem como aprovar as participações financeiras, no montante global de 103.250,00€, nos termos dos quadros constantes na informação em apreço. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, fez a seguinte declaração de voto oral:-----

“Votei favoravelmente porque foi agora presente à Câmara um compromisso assumido na reunião de 07/12/2011, pela maioria. É importante que as transferências sejam efetuadas mesmo sabendo todos que são poucas. Por último, votei favoravelmente pelo facto de também os elementos que pertencem ao Conselho Municipal do Desporto, terem todos votado favoravelmente, com exceção de um elemento que se absteve.” -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, eleito pelo Partido Socialista subscreveu a presente declaração de voto. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Votei favoravelmente porque confio que a Câmara, também tentará encontrar soluções para aquelas crianças e utentes, que efetivamente deixem de ter condições financeiras para utilizar as instalações desportivas.” -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

O Presidente em exercício fez a seguinte declaração de voto oral:-----

“Votei favoravelmente porque é preferível haver um apoio mínimo ao associativismo e ao movimento desportivo a não haver nada. Seria uma irresponsabilidade total estar-se a assumir compromissos com o movimento associativo, como acontece infelizmente em outras autarquias bem próximas que não pudessem ser pagos atempadamente. É preferível ter-se um montante em que a Câmara terá a consciência que poderá pagar atempadamente, em vez de estarmos a inventar números para ficar bem na fotografia.” -----

Os restantes Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos pelo Futuro”, subscreveram a presente Declaração de Voto. -----

A Presidente da Câmara e o Vereador, Dr. Silvino Sequeira entraram neste momento na Sala de Reuniões de Câmara. -----

UNIDADE DE OBRAS PÚBLICAS E EQUIPAMENTOS

REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DE BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO -----

Foi presente à Câmara a informação nº UCCP 1043/2011, datada de 30 de Dezembro, relativa ao Regulamento de Utilização de Bens do Domínio Público.

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal de Rio Maior deliberou por unanimidade remeter o Regulamento de Utilização de Bens do Domínio Público para aprovação da Assembleia Municipal. -----

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLICIA DO CONCELHO DE RIO MAIOR -----

Foi presente à Câmara a informação nº 1-2012 da Toponímia, datada de 07 de Fevereiro, relativa à Alteração ao Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Policia do Concelho de Rio Maior. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal de Rio Maior deliberou remeter a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho de Rio Maior, para aprovação pela Assembleia Municipal. -----

UNIDADE DE OBRAS PARTICULARES E ORDENAMENTO

PROCESSO Nº 10/2004 – PEDIDO DE REDUÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA, EM QUINTA DO BRINÇAL - ARROUQUELAS, EM NOME DE FUNDO ESPECIAL DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO GOLDEN EAGLE -----

Foi presente à Câmara o Processo nº 10/2004, relativo ao Pedido de Redução de Garantia Bancária, em Quinta do Brinçal - Arroquelas, em nome de Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Golden Eagle. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, enaltecendo a ação dos serviços na defesa do interesse público, tendo em conta o elevado investimento do processo em epígrafe. Manifestou ainda a sua preocupação pela não continuação das obras do loteamento em causa, dizendo, ainda, que o pedido efetuado pelo requerente tinha sido bem apreciado pelos serviços do Município. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, interveio tendo referido que após visita ao loteamento em causa, verificou que não se encontrava nenhum dos promotores no local da obra e que não percebera se o engenheiro que se encontrava no local, estava em representação dos promotores do loteamento. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que durante a vistoria ao loteamento, os serviços do Município verificaram que muitas das tampas das caixas do saneamento, dos armários da eletricidade e do pavimento das ciclovias se encontravam em muito mau estado, algumas em falta e também vandalizadas.

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

A Câmara deliberou por unanimidade, face ao auto de vistoria e parecer emitido, indeferir o pedido de redução de garantia bancária de acordo com a alínea b) do n.º 4 do artigo 54º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº26/2010, de 30 de Março. -----

APROVAÇÃO DE ACTAS

Foi presente à Câmara a Ata nº 21/2011, datada de 11 de Novembro. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata n.º 21/2011, de 11 de Novembro. -----

Foram ainda presentes à Câmara as Atas nº 22 e 23/2011, datadas, respetivamente de 22 de novembro e 7 de dezembro. -----

A Câmara deliberou por maioria aprovar as atas nº 22 e 23/2011, respetivamente, de 22 de novembro e 7 de dezembro, com a abstenção da Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, por não se encontrar presente na reunião a que as mesmas diziam respeito. -----

A Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso fez a seguinte declaração de voto oral: -----

“Abstive-me nas duas últimas atas votadas por não ter estado presente.” -----

ENCERRAMENTO

Quando eram doze horas e trinta e cinco minutos a Presidente, Dr. Isaura Morais a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos e a presente acta, a qual vai ser assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE FEVEREIRO DE 2012

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____